

ESTATUTO CONSOLIDADO DA LIGA FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE CAMPO BOM

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E DURAÇÃO

Artigo 1º – A Liga Feminina de Combate ao Câncer de Campo Bom, abreviadamente Liga, fundada em 02 de janeiro de 2002, situada na Rua 7 de Setembro, nº 411, Centro na Cidade de Campo Bom/RS, CEP 93701-050, tendo como sede e foro o município de Campo Bom/RS, é uma Associação Civil, sem fins lucrativos, apartidária, apolítica, de caráter beneficente de assistência Social e de promoção da saúde, de duração indeterminada, que se regerá segundo as disposições constantes no presente Estatuto.

Parágrafo 1º - A Liga será regida por este estatuto social, pela legislação em vigor e por Regimento Interno aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Parágrafo 2º - A Liga poderá, a qualquer tempo, por deliberação de sua diretoria e aprovação da Assembleia Geral, nos termos do art. 15, alínea “F” deste Estatuto, abrir, manter, transferir e/ou encerrar filiais, construir e manter estabelecimentos próprios ou unidades no município de Campo Bom/RS para o cumprimento de suas finalidades estatutárias.

Artigo 2º - A Liga Feminina de Combate ao Câncer de Campo Bom, foi fundada a partir da cisão, votada em assembleia da Liga Feminina de Combate ao Câncer no Rio Grande do Sul, da qual fazia parte como Núcleo, desde vinte e um de outubro de mil novecentos e oitenta e seis.

Artigo 3º – A Entidade desenvolve atividades de relevância pública e social e tem por finalidade precípua executar ações e serviços de promoção da saúde, desenvolvendo atividades na área da prevenção do câncer, para:

- a) Facilitar aos portadores de câncer, adultos e idosos, acesso a tratamento médico e a atendimento psicossocial;

- b) Instituir campanhas de esclarecimento à comunidade, visando prevenir a incidência de câncer e a estimular exames precoces de seu diagnóstico.
- c) Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico sobre o câncer e a publicação de seus resultados.

Parágrafo 1º – A LIGA poderá desenvolver serviços, programas, projetos de assistência social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), para promover atendimento socioassistencial no âmbito da proteção social básica e da defesa e garantia de direitos, voltados a famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade social, em especial àquelas que convivem com familiar diagnosticado ou em tratamento de câncer, devendo:

- a) Promover, de forma gratuita, a assistência social aos beneficiários cadastrados, residentes no município de Campo Bom/RS;
- b) Executar ações planejadas de caráter continuado e permanente;
- c) Assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados respeitem a autonomia dos usuários e garantam seus direitos;
- d) Propiciar, aos usuários, sua participação nos processos voltados para o cumprimento da missão da Entidade e para a efetiva execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Parágrafo 2º – A fim de cumprir com suas finalidades, a organização poderá:

- a) Criar, denominar, modificar, dirigir, administrar e cessar atividades de setores, departamentos ou órgãos ou espaços vinculados que julgar conveniente, de acordo com dispositivos deste Estatuto e a legislação vigente;
- b) Organizar eventos beneficentes, bem como implantar atividades meio como formas de captar recursos financeiros a serem direcionados única e exclusivamente para as finalidades sociais às quais se destina;
- c) Celebrar contratos, convênios ou termos de parceria de prestação de serviços com entidades congêneres ou governamentais;

- d) Buscar o intercâmbio e a cooperação técnico científica com outras instituições congêneres nacionais e estrangeiras.

Artigo 4º – No desenvolvimento de suas atividades, a Entidade observará os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicização, da economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

Artigo 5º – A Entidade adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, para coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens, em decorrência da participação de pessoas nos processos decisórios.

CAPÍTULO II

DO QUADRO SOCIAL

Artigo 6º – O quadro social da Entidade constituir-se-á por um número ilimitado de associados e de voluntários, de ambos os sexos, pessoas físicas, maiores de dezoito anos, civilmente capazes, idôneas que, tendo formalizado sua integração à Entidade mediante manifestação expressa de vontade, forem admitidos na forma estabelecida pelo presente Estatuto, distinguidos nas seguintes categorias:

- a) Associadas Fundadoras: as signatárias da ata de constituição conforme registro em cartório;
- b) Associados Efetivos: aqueles que exercem atividades regulares na entidade e que, após terem exercido essas atividades de forma continuada pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, tenham sido aprovados pela Diretoria, com posterior lavratura do seu registro em livro próprio;
- c) Associados Colaboradores: são aqueles que colaboram com a entidade de forma esporádica, contribuindo com ações, apoio ou presença, sem exercer atividades regulares e sem exigência de prazo mínimo de atuação na LIGA.
- d) Voluntários: são todas as pessoas físicas que venham a prestar serviços à Entidade de forma voluntária, contínua ou eventual, nos moldes definidos pela



Liga Feminina de Combate ao Câncer
Campo Bom/RS – Constituída em 21/10/1986



Lei do Voluntariado, e que tenham firmado o respectivo Termo de Adesão ao Serviço Voluntário, para resguardar direitos e deveres das partes e assegurar a regularidade da atuação voluntária perante a LIGA.

Artigo 7º – São garantidos os seguintes direitos ao associado:

- a) Participar das Assembleias, tendo direito à voz;
- b) Votar e ser votado para os cargos eletivos, caso seja associado efetivo;
- c) Tomar parte e representar a Entidade em assembleias gerais e encontros estaduais e nacionais da Liga Feminina de Combate ao Câncer, quando indicado pela Diretoria ou pelo Conselho Deliberativo;
- d) Solicitar exclusão e afastamento da Associação ou seu retorno a ela;
- e) Convocar a Assembleia Geral, para apreciar ato da Diretoria ou para qualquer outra finalidade, mediante requerimento subscrito, por, no mínimo, 1/5 (um quinto) dos associados.

Artigo 8º – São deveres dos associados:

- a) cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- b) acatar as determinações da diretoria, do Conselho Deliberativo e as resoluções das assembleias;
- c) estar em dia com suas obrigações sociais;
- d) zelar pelo decoro e o bom nome da Liga;
- e) colaborar na execução, expansão e aperfeiçoamento das atividades da Liga, para a consecução das suas finalidades institucionais;
- f) manter atualizados junto a Liga seus dados cadastrais;
- g) comunicar à Diretoria, por escrito, qualquer transgressão estatutária, regulamentar ou disciplinar de que tiver conhecimento;
- h) zelar pelo patrimônio social da Liga ressarcindo pelos prejuízos a que causar, direta ou indiretamente.

Artigo 9º – Os associados deixarão de fazer parte da entidade, por seu afastamento voluntário ou por exclusão, por ato conjunto do Conselho Deliberativo e da Diretoria.

Parágrafo 1º – Ao associado que, por sua vontade, requerer exclusão, afastamento ou licenciamento será assegurado o retorno mediante sua vontade e por ato de aprovação da Diretoria ou do Conselho Deliberativo.

Parágrafo 2º – A exclusão de associado(s) só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure o direito de ampla defesa e de recurso, obedecido ao disposto no presente Estatuto e Regimento interno.

Parágrafo 3º – A reiterada inobservância do presente Estatuto e do Regimento Interno poderá dar motivo para a exclusão de associado, por ato da Diretoria ou do Conselho Deliberativo, sendo-lhe concedido o direito a recurso junto à Assembleia Geral.

Parágrafo 4º – A exclusão de associado, após deliberação da Assembleia, não ensejará a ele, em qualquer hipótese, reclamação, indenização ou vantagem de qualquer espécie.

Artigo 10 – A Liga não remunera nem concede vantagens e benefícios por qualquer título aos associados, membros da sua Diretoria, Conselho Deliberativo e benfeitores ou equivalentes, em razão das competências ou funções que lhes são atribuídas por este Estatuto.

Artigo 11 – Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações da Entidade e, reciprocamente, a Liga não se responsabiliza por compromissos pessoais de seus associados, bem como de todos os seus voluntários.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES INICIAIS:

Artigo 12 – São órgãos da administração da Liga:

- a) Assembleia Geral Local;
- b) Conselho Deliberativo;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Diretoria.

SEÇÃO II – DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 13 – A Assembleia Geral é o órgão soberano da vontade social, constituída por todos os associados que estejam em gozo de seus direitos estatutários.

Artigo 14 – A Assembleia reunir-se-á extraordinariamente, sempre que necessário, e ordinariamente uma vez por ano, no mês de abril, para apreciação do balanço anual e dos relatórios Anuais da Diretoria ou a qualquer tempo, extraordinariamente.

Parágrafo 1º – A convocação da Assembleia Geral se dará em consonância com os seguintes critérios:

- a) Para a Assembleia Geral Ordinária, por meio de convite individual, enviado com antecedência de 15 (quinze) dias, por meio de recursos eletrônicos, ou por avisos afixados na portaria da Entidade ou por outra forma comprovável.
- b) Para a Assembleia Geral Extraordinária, por meio de convite individual, enviado com antecedência de 5 (cinco) dias, por meio de recursos eletrônicos, ou por avisos fixados na portaria da Entidade ou por outra forma comprovável.



Parágrafo 2º – As Assembleias Gerais serão presididas pela Presidente da Diretoria e, no seu impedimento, pela Vice-Presidente, e, na falta dela, por um membro do Conselho Deliberativo.

Parágrafo 3º – As Assembleias Gerais funcionarão validamente com a presença de pelo menos dois terços (2/3) dos associados em primeira convocação e, 30 minutos depois, com qualquer número de associados, os quais deliberarão por maioria simples, ressalvados os casos tipificados neste Estatuto.

Parágrafo 4º – Os livros aplicáveis e a ata da respectiva reunião ou assembleia poderão ser assinados isoladamente pela presidente e secretária da mesa, que certificarão, em tais documentos, os associados presentes, declarando que foram atendidos todos os requisitos para a sua realização.

Artigo 15 – Constituem atribuições da Assembleia Geral:

- a) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e o Regimento Interno.
- b) Apreciar, com prévio parecer do Conselho Fiscal, as demonstrações financeiras e contábeis relativas ao exercício imediatamente anterior, bem como o Relatório Anual da Diretoria e a respectiva prestação de contas.
- c) Decidir sobre a exclusão de associados.
- d) Eleger os membros da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal.
- e) Autorizar a Diretoria a contrair dívidas, alienar, gravar ou adquirir bens imóveis.
- f) Autorizar a comprar ou alienar ou gravar seus bens móveis, cujo valor individual exceda a 20 (vinte) salários mínimos nacionais vigentes à época.
- g) Decidir sobre outros assuntos que a Diretoria ou o Conselho Deliberativo da Associação submeterem a sua apreciação e sobre os casos omissos neste Estatuto.

Parágrafo 1º – A Assembleia Geral poderá ser convocada pela Presidente ou sua substituta legal, pelo Conselho Deliberativo, pelo Conselho Fiscal ou por requerimento assinado por, no mínimo, 1/5 (um quinto) dos associados.

Parágrafo 2º – Será convocada a Assembleia Geral Extraordinária especialmente para:

- a) Aprovar o Estatuto e suas alterações.
- b) Deliberar sobre a conveniência de aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis da Entidade.
- c) Decidir sobre o afastamento provisório ou definitivo de qualquer membro da Diretoria, do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal ou de associado, quando provocada na forma do presente Estatuto.
- d) Decidir sobre a extinção da Entidade e sobre o destino do patrimônio remanescente.

SEÇÃO III – DO CONSELHO DELIBERATIVO

Artigo 16 – O Conselho Deliberativo é o órgão de consulta e deliberação, ressalvada a competência maior da assembleia Geral Local, composta de 5(cinco) membros efetivos e 3(três) suplentes, dentre as sócias fundadoras e associados efetivos, com mandato de 2(dois) anos, eleitos em Assembleia Geral convocada para esta finalidade, sendo assim constituído:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretária;
- d) Demais conselheiros.

Artigo 17 – O Conselho Deliberativo, quando de sua eleição, preencherá os cargos vagos, que tomarão posse junto com a Diretoria.

Parágrafo 1º – A Presidente do Conselho poderá ser reeleita para o mesmo cargo, no máximo duas vezes consecutivas.

Parágrafo 2º – O mandato do Conselho Deliberativo será coincidente com o mandato da Diretoria.

Artigo 18 – Compete ao Conselho Deliberativo:

- a) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e o Regimento Interno;
- b) Deliberar sobre a convocação de Assembleia Geral Extraordinária;
- c) Solicitar informações ou esclarecimentos à Diretoria, através da Presidente;
- d) Apreciar recursos interpostos das decisões da Diretoria;
- e) Avaliar o Plano de Ação elaborado pela Diretoria;
- f) Conduzir o processo eleitoral, procedendo a identificação dos candidatos;
- g) Elaborar propostas para reforma do Estatuto;
- h) Revisar, periodicamente, o Regimento Interno, objetivando o atendimento das necessidades institucionais;
- i) Aprovar o regimento interno;
- j) Autorizar a Diretoria a comprar, alienar ou gravar bens móveis, cujo valor individual exceda 25 (vinte e cinco) salários mínimos nacionais vigentes à época;
- k) Deliberar sobre outros assuntos de interesse da Liga.

Parágrafo Único – À Vice-Presidente compete substituir a Presidente nas ausências e/ou impedimentos.

Artigo 19 – O Conselho Deliberativo deverá aprovar despesas de valor superior a vinte salários mínimos.

Artigo 20 – O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente a cada semestre e/ou extraordinariamente a qualquer tempo, mediante a convocação de sua Presidente.

SEÇÃO IV – DO CONSELHO FISCAL

Artigo 21 – Conselho Fiscal, órgão de fiscalização da gestão econômico-financeira da LIGA, compor-se-á de 3 (três) membros efetivos associados ou não, e eleitos em Assembleia geral.

Parágrafo 1º – A chapa que desejar concorrer ao Conselho deverá fazer a comunicação oficial até 31 de março do ano em que ocorrer a eleição, apresentando os nomes que dela farão parte.

Parágrafo 2º – Os membros escolhidos definirão, entre os eleitos, aquela que presidirá o Conselho Fiscal.

Artigo 22 – Os membros do Conselho Fiscal exercerão os seus cargos por dois anos e poderão ser reeleitos para o mesmo cargo, no máximo duas vezes, reunindo-se ordinariamente, uma vez ao ano, para apreciação do balanço patrimonial do exercício fiscal anterior, demonstrativos e contas, ou extraordinariamente quando se fizer necessário.

Artigo 23 – Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar os atos da Diretoria e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;
- b) Pronunciar-se a respeito do relatório anual da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras e contábeis do exercício anterior, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias e úteis à deliberação do Conselho Deliberativo;
- c) Denunciar à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem e sugerir providências à associação;
- d) Convocar a Assembleia Geral Ordinária, se a Diretoria retardar por mais de um mês essa convocação, e a extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves, urgentes e necessários, observados os critérios estabelecidos no estatuto;
- e) Analisar, periodicamente balancete e demais demonstrações financeiras e contábeis elaboradas pela Associação, encaminhando até, no máximo, trinta de abril (30/4) para aprovação da Assembleia Geral.
- f) Opinar, em reunião com a Diretoria, sobre a aquisição e alienação de bens por parte da Instituição.

Parágrafo 1º – O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer dos seus membros, solicitará à Diretoria esclarecimentos ou informações, assim como a elaboração de demonstrações financeiras e contábeis especiais quando necessário.

Parágrafo 2º – Os membros do Conselho Fiscal poderão assistir as reuniões da Diretoria em que se deliberará sobre os assuntos em que devem opinar.

Parágrafo 3º – Os Membros do Conselho Fiscal, ou ao menos um representante dentre eles, deverão comparecer às reuniões de Assembleia Geral e do Conselho Deliberativo sempre que este for apreciar relatório anual e demonstrações contábeis e financeiras do exercício fiscal anterior e prestar esclarecimentos dos pedidos e informações formulados pelas associadas.

Artigo 24 – Os membros do Conselho Fiscal, associados ou não, desempenharão as suas funções e atribuições, sem remuneração, ou seja, como voluntários.

SEÇÃO V – DA DIRETORIA

Artigo 25 – A Diretoria é o órgão de execução da Liga, composta por 7 (sete) membros deliberando na área de sua competência, assim constituída:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) 1ª e 2ª Secretárias;
- d) 1ª e 2ª Tesoureiras;
- e) Diretora de Projetos.

Parágrafo 1º – Os membros da Diretoria terão mandato de dois anos, sendo a Presidente eleita pelo Conselho Deliberativo e os demais componentes pela Presidente, com a aprovação do Conselho Deliberativo, dentre as sócias fundadoras e efetivas.

Parágrafo 2º – A Presidente da Diretoria poderá ser reeleita, para o mesmo cargo, no máximo duas vezes.

Parágrafo 3º – Independente do mês da eleição, a posse da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, eleitos para o novo exercício, ocorrerá em 01 de janeiro do ano seguinte ao da eleição, permanecendo, nesse período de interstício, a Diretoria, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal no exercício de suas funções, para todos os efeitos legais.

Parágrafo 4º – A chapa que desejar concorrer à eleição deverá fazer a comunicação oficial até 31 de março do ano em que ocorrer a eleição, apresentando os nomes que a compõem para a Diretoria, a qual deverá fazer constar, na ata da reunião, o nome das candidatas a Presidente e a Vice-Presidente.

Parágrafo 5º – As chapas concorrentes deverão indicar o nome dos demais membros da diretoria – 1ª e 2ª Tesoureiras, 1ª e 2ª Secretárias e Diretora de Projetos – até o momento da assembleia constituída para promover a eleição.

Parágrafo 6º – As chapas que se candidatarem para a Diretoria deverão ser compostas por mulheres do quadro de associadas.

Parágrafo 7º – As eleitas para os cargos da Diretoria não poderão recusar-se à investidura, salvo motivo relevante, devidamente justificado por escrito.

Artigo 26 – A representação ativa e passiva, judicial ou extrajudicial da Entidade, cabe à Presidente que, nos seus impedimentos ou nos casos de vacância, será substituída, pela Vice-Presidente, que terá as mesmas prerrogativas da Presidente.

Artigo 27 – Compete a Diretoria, por sua Presidente:

- a) Administrar e coordenar a Entidade em todas as suas atividades, para concretizar seus objetivos e atender às suas finalidades estatutárias;
- b) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e o Regimento Interno;

- c) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria, dando o voto de desempate, quando se fizer necessário;
- d) Convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- e) Assinar a celebração de termos de parceria, convênios, contratos, ajustes e distratos de qualquer natureza;
- f) Autorizar as despesas mensais que são necessárias para a prestação dos serviços da Entidade;
- g) Submeter à aprovação da Assembleia Geral, com prévio parecer do Conselho Fiscal, as demonstrações contábeis e financeiras do exercício anterior e o relatório anual da Diretoria;
- h) Em conjunto com a 1ª Tesoureira, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinar cheques, ordens de pagamentos e outros títulos, empréstimos e financiamentos e operações de câmbio, e outras operações bancárias e financeiras da Instituição, inclusive operações de empréstimo, financiamentos e outras avenças com o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e outros bancos oficiais e todos os atos que onerem o patrimônio da Entidade;
- i) Escolher as coordenadoras dos diversos departamentos existentes, cabendo-lhe, inclusive, a criação de novos departamentos, consoante as necessidades;
- j) Solicitar autorização da Assembleia Geral para contrair dívidas, alienar ou adquirir bens imóveis;
- k) Solicitar autorização da Assembleia Geral para a aquisição de ativos fixos e móveis quando a aquisição tiver valor igual ou superior a 20 (vinte) salários mínimos nacionais, vigentes na data da compra;
- l) Solicitar autorização do Conselho Deliberativo para a aquisição de ativos fixos e móveis, quando a aquisição tiver valor igual ou superior a 10 (dez) salários mínimos nacionais, vigentes na data da compra;
- m) Solicitar autorização do Conselho Deliberativo para contratar funcionário para novo cargo ou para substituir um funcionário, quando o novo contratado vier a receber pagamento com valor acima dos praticados até o momento da contratação.

Artigo 28 – A Vice-Presidente compete substituir a Presidente nas suas ausências e/ou impedimentos, bem como colaborar nos trabalhos da Diretoria, onde e quando for preciso e, no seu impedimento assumirá a primeira secretária.

Artigo 29 – A Primeira Secretária exercerá as funções próprias de seu cargo e manterá em ordem os arquivos e registros da Entidade, sendo auxiliada pela Segunda Secretária, que a substituirá no seu impedimento.

Artigo 30 - A Primeira Tesoureira terá como atribuições:

- a) Conservar e administrar os bens, as finanças e os valores da Entidade, conjuntamente com a Presidente;
- b) Receber pagamentos, subsídios, donativos de qualquer natureza e verbas públicas destinadas à Instituição, passando o respectivo recibo;
- c) Supervisionar a contabilidade da Entidade;
- d) Em conjunto com a Presidente, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinar cheques, ordens de pagamento e outros títulos, empréstimos e financiamentos, operações de câmbio e outras operações bancárias e financeiras da Instituição, inclusive operações de empréstimo, financiamentos e outras avenças com o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e outros bancos oficiais e todos os atos que onerem o patrimônio da Entidade;
- e) Apresentar mensalmente à Diretoria o balancete financeiro e, anualmente, as demonstrações financeiras e contábeis, em conjunto com a prestação de contas;
- f) Assinar, em conjunto com a Presidente, pagamentos rotineiros e investimentos;
- g) Disponibilizar, aos membros do Conselho Fiscal, mensalmente, cópias dos balancetes, e, anualmente, as demonstrações financeiras e contábeis da Entidade.

Parágrafo Único – A Diretora de Projetos compete organizar promoções sociais e culturais, visando a arrecadação de fundos.

CAPÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO

Artigo 31 – O patrimônio da Entidade é constituído pelos bens móveis e imóveis e pelos direitos de sua propriedade ou posse e por todos aqueles que vierem a ser adquiridos, assim como por todos os direitos legítimos que possua ou venha a possuir.

Artigo 32 – Os recursos de manutenção da Liga, são os seguintes:

- a) Valores oriundos de recursos públicos por eventuais termos de parceria, auxílios, doações, contribuições e por outras verbas provenientes da União, dos Estados e Municípios, de órgãos públicos da administração direta ou indireta e de entidades privadas, nacionais ou estrangeiras;
- b) Renda de promoções;
- c) Legados;
- d) Quaisquer doações;
- e) Contribuições das sócias.

Parágrafo 1º – As doações, legados e auxílios governamentais, bem como recursos provenientes de contratos e convênios, destinados a fim específico, somente poderão ser aplicados nas finalidades a que estejam vinculados.

Parágrafo 2º – A Liga não distribui lucros, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, qualquer título ou pretexto, aplicando integralmente suas rendas, bens e resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais no território nacional.

CAPÍTULO V

DA REFORMA DO ESTATUTO

Artigo 33 – O presente Estatuto poderá ser alterado por deliberação de, no mínimo, 2/3 dos participantes da Assembleia Geral Extraordinária, convocada para este fim,

não podendo haver deliberação, em primeira convocação, sem a presença da maioria absoluta dos associados, ou com qualquer número em segunda convocação.

CAPÍTULO VI

DA EXTINÇÃO

Artigo 34 – A extinção da Entidade somente poderá ser decidida, em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para tal fim, conforme o quórum estipulado no artigo 33, pelo voto favorável de, no mínimo, 2/3 dos associados presentes, mediante proposta da Diretoria ou do Conselho Deliberativo.

Artigo 35 – Em caso de dissolução ou extinção da Liga, o patrimônio remanescente, após serem salgadas as respectivas dívidas e obrigações, será destinado pela Assembleia Geral, a uma entidade congênere, que preencha os requisitos do regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil e que seja Beneficente Certificada ou, na impossibilidade, a entidade pública.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 36 – Os cargos de composição da Assembleia Geral Local, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria e demais departamentos, não são remunerados sob qualquer forma, tendo em vista a natureza filantrópica da Liga Feminina de Combate ao Câncer.

Artigo 37 – Os recursos apurados pela Liga serão aplicados na sua manutenção, na aquisição patrimonial ou na concessão de benefícios a entidade prestadora de serviços na área da oncológica, sendo vedada a remessa de quaisquer contribuições ou outros recursos da Liga para o exterior.

Artigo 38 – Os casos omissos do presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria, pelo Conselho Deliberativo ou, em casos especiais, por proposta desses órgãos ou de associados e pela Assembleia Geral.



Liga Feminina de Combate ao Câncer
Campo Bom/RS – Constituída em 21/10/1986



Artigo 39 - Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Bom, do estado do Rio Grande do Sul, para a resolução de controvérsias ou de dúvidas entre os associados e a Liga e para esclarecimentos sobre este Estatuto.

Artigo 40 - O presente Estatuto entrará em vigor a partir de sua inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul.

Campo Bom, 16 de setembro de 2025

Juliana Juchem Smaniotto

Presidente da Liga Feminina de Combate ao Câncer de Campo Bom

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DE SUL
COMARCA DE CAMPO BOM
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ESPECIAIS PESSOAS
JURÍDICAS**



Averbação 17 do nº de ordem 397 no Livro A-26, à folha 203, em 22/09/2025.

ALTERAÇÃO DE ESTATUTO SOCIAL protocolado no livro A-8, à folha 19 sob número 20592, em 18/09/2025. Campo Bom, 22 de setembro de 2025.

Emolumentos: Total: NIHIL + NIHIL = NIHIL. Exame documentos: NIHIL (0083 04 0900002 08155 = R\$ 0,00). Averbação PJ s/ fins Econômicos: NIHIL (0083 04 0900002 08153 = R\$ 0,00). Digitalização: NIHIL (0083 04 0900002 08154 = R\$ 0,00). Processamento eletrônico: NIHIL (0083 01 0900002 60107 = R\$ 0,00). Conf. doc. via internet: NIHIL (0083 01 0900002 60108 = R\$ 0,00).



Marlene Demtschinski - 2ª Substituta